

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

Conhecimento e Formação

2024

PORQUE FOGEM OS ADOLESCENTES?
A VOZ DOS JOVENS ACOMPANHADOS
PELO IAC

FERNANDA SALVATERRA

MARA CHORA

RELATÓRIO
DE INVESTIGAÇÃO

5



Instituto de Apoio à Criança

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA

Conhecimento e Formação

2024

**PORQUE FOGEM OS ADOLESCENTES?
A VOZ DOS JOVENS ACOMPANHADOS
PELO IAC**

FERNANDA SALVATERRA

MARA CHORA

**RELATÓRIO
DE INVESTIGAÇÃO**

5

Índice

Agradecimentos	07
Resumo	09
Abstract	11
Prefácio	13
1. Introdução	15
1.1. Fatores que Motivam as Fugas	20
1.1.1. Fatores de risco individuais	21
1.1.2. Fatores de risco familiares	23
1.1.3. Fatores de risco relacionados com o meio	25
1.2. Intervenção com Jovens em Fuga	26
1.3. O Presente Estudo	28
2. Método	29
2.1. Participantes	31
2.2. Medidas	31
2.2.1. Questionário Sociodemográfico	32
2.2.2. Perfil de Autoconceito para Adolescentes – SPPA	32
2.2.3. Inventário de Memórias de Cuidados na Infância para Adolescentes – EMBU-A	34
2.2.4. Inventário de Vinculação aos Pais e aos Pares – Revisto – IPPA-R	36
2.2.5. Entrevista estruturada aos profissionais	38
2.3. Procedimento	38
3. Resultados	39
3.1. Situação de Fuga	41
3.2. Autoconceito dos Adolescentes	42
3.3. Memórias de Cuidados na Infância	44
3.4. Vinculação aos Pais e aos Pares	45
3.5. Características da Amostra, Memórias de Cuidados na Infância e Vinculação	47
3.6. A Perspetiva dos Profissionais	50
4. Discussão	53
5. Considerações Finais	59
6. Referências	65

Índice de Tabelas

Tabela 1.	Número de Fugas Efetuadas	41
Tabela 2.	Tempo de Permanência Máximo em Situação de Fuga	41
Tabela 3.	Estatística Descritiva das Dimensões da Escala de Autoconceito	43
Tabela 4.	Estatística Descritiva das Dimensões do Inventário de Memórias e Cuidados na Infância	45
Tabela 5.	Estatística Descritiva das Dimensões do Inventário de Vinculação aos Pais e aos Pares	46
Tabela 6.	Resumo das Características dos Jovens da Amostra, Memórias de Infância e Vinculação	50

Índice de Gráficos

Gráfico 1.	Perfil de Autoconceito dos Adolescentes da Amostra	44
-------------------	--	-----------

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer aos jovens que gentilmente acederam participar neste estudo e que partilharam connosco as suas histórias.

Agradecemos, também, aos nossos colegas do Instituto de Apoio à Criança, em especial, à Dra. Sandra Vasconcelos, à Dra. Leonor Martins e ao Dr. Hugo Pereira pelo tempo despendido e apoio prestado durante o processo de recolha de dados.

Por último, mas não menos importante, ao Dr. Vasco Alves, vogal da Direção do IAC, pela revisão de texto, e ao Prof. Doutor Rui Bártolo, pela revisão estatística e sugestões dadas.

Resumo

As fugas dos jovens que vivem, quer em contexto familiar, quer em contexto institucional configuram situações de elevado perigo, com efeitos negativos que se refletem nos próprios jovens, nos seus contextos de vida, no sistema de promoção e proteção e na sociedade em geral.

O presente estudo é de carácter exploratório e pretende compreender: 1) quais as circunstâncias das fugas dos adolescentes acompanhados pelo Instituto de Apoio à Criança, 2) a sua relação com a forma como o/a adolescente se percebe, com as práticas educativas dos pais e com a qualidade da vinculação dos jovens aos pais e aos pares e 3) a perspetiva dos profissionais que acompanham estes jovens.

Participaram oito adolescentes, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos ($M = 15,88$; $DP = 2,48$), sendo quatro rapazes e quatro raparigas, bem como a equipa de profissionais do IAC. Foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário Sociodemográfico (Salvaterra & Chora, 2021); o SPPA (Harter, 1988; adaptação portuguesa de Peixoto et al., 1996); o EMBU-A (Gerlsma et al., 1991; adaptação portuguesa de Lacerda, 2005); o IPPA-R (Armsden & Greenberg, 1987; adaptação portuguesa de Neves, 1995); e uma entrevista estruturada (Salvaterra & Chora, 2023).

Dos principais resultados destacamos o facto de os jovens evidenciarem valores baixos na maioria das dimensões de autoperceção; nas memórias de cuidados na infância, a dimensão com pontuação mais elevada, em média, foi a rejeição dos pais e a mais baixa foi o suporte emocional; os jovens apresentaram, em média, valores baixos de vinculação aos pais e valores de vinculação aos amigos acima do ponto médio da escala. Na perspetiva dos profissionais a intervenção beneficia quando existe disponibilidade para ir ao encontro dos interesses e motivações

dos jovens, através de um trabalho individualizado, e articulação com as famílias e com outros serviços. Contudo encontram desafios relacionados com a comunicação e com o facto de serem famílias com relações muito frágeis.

Estes resultados vêm demonstrar a importância que a qualidade das relações familiares tem na estabilidade emocional dos jovens, especialmente na prevenção dos comportamentos de fuga.

Palavras-chave: Fugas; Adolescentes; Autoconceito; Memórias de Cuidados na Infância; Vinculação.

Abstract

The runaways of young people living in both family and institutional contexts are highly dangerous situations, with negative effects on the young people themselves, their life contexts, the promotion and protection system, and society in general.

This is an exploratory study and aims to understand: 1) the circumstances of runaways among adolescents supported by the Instituto de Apoio à Criança (Child Support Institute), 2) the relationship with how the adolescents perceive themselves, their parents' educational practices and the quality of their attachment to their parents and peers, and 3) the perspective of the professionals who support these adolescents.

Eight adolescents, aged between 11 and 19 ($M = 15.88$, $SD = 2.48$), four boys and four girls, took part in this study, as did the IAC's team of professionals. The following instruments were used: Sociodemographic Questionnaire (Salvaterra & Chora, 2021); the SPPA (Harter, 1988; Portuguese adaptation by Peixoto et al., 1996); the EMBU-A (Gerlsma et al., 1991; Portuguese adaptation by Lacerda, 2005); the IPPA-R (Armsden & Greenberg, 1987; Portuguese adaptation by Neves, 1995); and a structured interview (Salvaterra & Chora, 2023).

The main results highlight the fact that the adolescents had low scores in most of the self-perception dimensions; in childhood care memories, the dimension with the highest average score was parental rejection and the lowest was emotional support; adolescents showed, on average, low scores for attachment to parents and scores for peer attachment above the mid-point of the scale. From the professionals' perspective, intervention benefits when there is a willingness to meet young people's interests and motivations through individualised work and coordination with families and other services. However, they encounter challenges

related to communication and the fact that these are families with very fragile relationships.

These results demonstrate the importance that the quality of family relationships has on the emotional stability of young people, especially in preventing runaways.

Keywords: Runaways; Adolescents; Self-concept; Memories of Upbringing; Attachment.

Prefácio

As fugas dos jovens têm constituído um enfoque na intervenção desenvolvida pelo Instituto de Apoio à Criança, que criou, em 1989, o Projecto Rua “Em Família para Crescer”.

Desde então, este fenómeno tem apresentado características diversificadas ao longo do tempo. Se, naquela época, os jovens eram facilmente identificados, recorriam com facilidade a estratégias de sobrevivência, como a prática da mendicância e estacionamento de carros, atualmente, com a evolução do sistema de promoção e proteção à criança e uma maior consciencialização da sociedade, estas práticas, caso ocorram, são detetadas e intervencionadas de forma mais célere. Contudo, as fugas dos jovens continuam a existir com outras características, mas com igual perigosidade e risco.

Globalmente, regista-se um menor número de ocorrências, observando-se um acréscimo do número de fugas efetuadas por raparigas.

Atualmente, torna-se mais difícil identificá-los, pois não permanecem num só local, têm um maior cuidado com a sua imagem e pernoitam em casa de amigos.

As fugas destes jovens, habitualmente, não estão diretamente associadas às condições económicas da família.

O presente estudo permite um conhecimento mais aprofundado acerca desta realidade, suscita a reflexão e debate acerca de quem “procura a rua”, enquanto expressão de rutura com o meio familiar ou institucional. Impele-nos todos a agir, sobretudo na prevenção e na identificação dos sinais de alerta que, muitas vezes, podem evitar a fuga.

Conceição Alves

Responsável pelo Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil,
do Projecto Rua “Em Família para Crescer”

14 de dezembro de 2023

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

As fugas dos jovens que vivem, quer em contexto familiar, quer em contexto institucional configuram situações de elevado perigo, com efeitos negativos que se refletem nos próprios jovens, nos seus contextos de vida, no sistema de promoção e proteção e na sociedade em geral. Estudar os comportamentos de fuga é o primeiro passo para compreender o problema e delinear uma estratégia de redução deste comportamento.

O termo crianças e jovens em fuga refere-se àqueles que voluntariamente se ausentam da sua casa ou da instituição que os acolhe. Também se consideram em fuga as crianças e jovens que não regressam quando são esperados e que pernoitam fora de casa, sem a permissão dos pais ou cuidadores (McKinney, 2014; Vermeulen, 2005).

Consideram-se episódios de fuga quando crianças menores de 14 anos ou maiores, mas com défices cognitivos, pernoitam fora pelo menos uma noite. Os jovens com mais de 15 anos encontram-se em fuga caso se ausentem duas ou mais noites (Sedlak et al., 2002).

A literatura inclui as fugas como uma forma de “sem-abrigo” (e.g., Toro, 2007) e distingue vários tipos de fugas, não sendo totalmente consensual a sua definição. De entre as muitas categorias usadas (Flowers, 2010), destacamos:

- Fugas situacionais: ausência por um ou dois dias, na sequência de uma discussão com os pais, regressando posteriormente;
- Fugas repetidas: os casos de reincidência ocorrem, maioritariamente, devido a problemas relacionados com a dinâmica familiar, abuso de substâncias ou com o sistema judicial;
- Fugas crónicas: fugas constantes e durante longos períodos que, geralmente, evoluem para situações de rua;
- “Fugas para...” (*running to*): jovens que procuram situações de aventura e divertimento, longe da natureza restritiva da sua casa;

- Situação de rua: jovens que saem de casa de modo definitivo, passando a viver nas ruas, em alojamentos transitórios, em edifícios abandonados, etc.;
- Expulsão: jovens que saem de casa involuntariamente, muitas vezes, em resultado de conflito com os pais ou que são abandonados.

Apesar de as situações de fuga também poderem ser categorizadas como desaparecimentos, nem sempre é o caso, pois muitos jovens fogem para junto de amigos e de outros familiares, sendo o seu paradeiro do conhecimento dos pais ou cuidadores (Gambon & Gerwitz O'Brien, 2020; International Centre for Missing and Exploited Children, 2023; Sedlak et al., 2002).

Este facto dificulta o rigor das estimativas sobre o número de crianças e jovens em fuga, uma vez que nem todos os casos são reportados às autoridades. Também a questão das fugas múltiplas contribui para que os números divulgados nem sempre sejam precisos, assim como as várias definições existentes.

Os dados disponibilizados pelo National Centre for Missing and Exploited Children (2023) indicam que 91% das situações de desaparecimento nos Estados Unidos da América correspondem a fugas e que a maioria dos jovens nesta condição tem entre 15 e 17 anos.

Na Europa, estima-se que desapareçam cerca de 250.000 crianças por ano, sendo que mais de metade dos casos se referem a fugas (Missing Children Europe, 2023). Em 2022, as linhas de apoio à criança desaparecida, sob a responsabilidade da Missing Children Europe, receberam vários apelos relacionados com crianças e jovens em fuga contabilizando 67% dos registos, dos quais a maioria eram raparigas e a faixa etária mais frequente a dos 14 aos 17 anos. Estes jovens fugiram, maioritariamente, de casa (72%) ou da instituição que os acolhia (19%), sendo que em 80% das situações o episódio de fuga durou menos de uma semana.

Em Portugal, há ainda um desconhecimento em concreto da incidência deste fenómeno. Segundo dados do Instituto de Apoio à Criança, em 2022, 34% dos apelos recebidos referiram-se a situações de fuga institucional e 11% a fugas

de casa; foram acompanhados 59 jovens em situação de fuga pelas equipas do Projecto Rua (Instituto de Apoio à Criança, 2023).

Esta problemática deve ser alvo de análise cuidada e de uma intervenção atempada, já que tem várias consequências que podem dificultar a adaptação às mudanças relacionadas com a adolescência, um período já de si complexo, devido aos processos físicos, cognitivos, emocionais e sociais que estes jovens experienciam.

Nesta fase do desenvolvimento, os adolescentes tendem a envolver-se em mais comportamentos de risco e as fugas são, por um lado, um comportamento de risco, e, por outro, um meio de exposição a outros perigos e potenciador de outros comportamentos (Kim & Moon, 2023).

Em resultado destes comportamentos, a literatura indica consequências a curto, médio e longo-prazo, nomeadamente, maior probabilidade de desenvolver ou agravar problemas de saúde mental, de ter comportamentos delinquentes ou antissociais, de entrar no sistema de promoção e proteção/justiça, de apresentar taxas mais elevadas de consumo de substâncias, de ter doenças sexualmente transmitidas, de ter gravidezes precoces, de ser vítima de abusos (incluindo tráfico e exploração sexual) e de se tornar sem-abrigo e apresentam menor probabilidade de finalizar os seus estudos, comprometendo, assim, o seu desenvolvimento e trazendo desafios acrescidos na vida adulta (e.g., Aratani & Cooper, 2015; Bayers et al., 2023; Beniot-Bryan, 2011; Brakenhoff et al., 2015; Jeanis et al., 2018; Kim & Moon, 2023; Martinez, 2006; McKinney, 2014; Pearson et al., 2017).

Assim, para que seja possível intervir de forma adequada e prevenir estas situações, torna-se imprescindível identificar os fatores de risco subjacentes a esta população e que motivam os jovens a fugir.

Este relatório organiza-se em duas partes: na primeira é apresentado o enquadramento teórico, onde se abordarão os conceitos necessários para uma melhor compreensão da temática em estudo; na segunda parte será então apresentado o projeto de investigação de carácter descritivo e exploratório baseado num protocolo de investigação elaborado para o mesmo.

1.1. FATORES QUE MOTIVAM AS FUGAS

Os episódios de fuga são indicadores de experiências adversas na infância, entre elas, maus-tratos, doença mental dos pais, alterações na dinâmica familiar ou tensão e conflito no meio onde vive. A investigação demonstra que as crianças que fogem, geralmente, apresentam taxas elevadas de violência e de maus-tratos nos meios que frequentam (e.g., casa, escola, instituições) (Missing Children Europe, 2023).

De um modo geral, e segundo os dados das linhas de apoio à criança desaparecida na Europa, as crianças assinalam vários motivos de fuga, nomeadamente, problemas em casa ou na instituição de acolhimento, problemas de saúde mental, problemas na escola, abuso de substâncias ou de álcool, procura de aventura, pressão social, *grooming*/aliciamento e serem LGBTQIA+ (Missing Children Europe, 2023).

Especificamente, no que diz respeito às fugas de casa, são mencionadas as seguintes situações: responsabilidades do jovem enquanto cuidador (por exemplo, dos irmãos mais novos), mudanças nas dinâmicas familiares, estilo autoritário dos pais/cuidadores, problemas de saúde mental dos pais, abuso de substâncias ou álcool dos pais, violência familiar, abuso ou negligência e tensão familiar (Missing Children Europe, 2023).

As situações de fuga devem ser analisadas com base numa abordagem ecológica, já que vários fatores de risco individuais (e.g., variáveis sociodemográficas, ser vítima de abusos/violência, consumo de substâncias), familiares (e.g., instabilidade familiar) e do meio (e.g., escola, grupo de pares) se interligam e estão associados à fuga (Kim & Moon, 2023). Os jovens que fogem, raramente, têm um sistema de suporte eficaz e não dispõem da ajuda necessária, de recursos e de mecanismos de *coping* (ajustamento) que lhes permitam a resolução de problemas e de conflitos (Martinez, 2006).

Importa, ainda, ter em conta que as situações de crise podem levar à fuga dos jovens, seja por questões relacionadas com a fase de desenvolvimento do jovem (e.g., desejo de autonomia e independência), por uma crise familiar repentina

(e.g., morte de um dos pais, divórcio) ou por problemas dos jovens ou dos pais (e.g., abuso de substâncias, abusos por parte dos pais, comportamentos sexuais inapropriados) (Sanabria, 2006).

Seguidamente, iremos abordar em maior detalhe o que nos diz a investigação científica relativamente aos fatores de risco individuais, familiares e do meio, que vêm corroborar os dados previamente descritos.

1.1.1. FATORES DE RISCO INDIVIDUAIS

De um modo geral, a investigação diz-nos que as situações de fuga são mais frequentes no sexo feminino (e.g., Benoit-Bryan, 2011; Castillo et al., 2023; Glowacz, 2017; Moon et al., 2019; Sanchez et al., 2006). Contudo, a literatura também alerta para o facto de as fugas encetadas por rapazes nem sempre serem reportadas, podendo a real dimensão deste problema encontrar-se enviesada (Missing Children Europe, 2021c).

Ainda assim, e no que diz respeito ao sexo, os motivos e as trajetórias de fuga podem ser diferentes para rapazes e raparigas, havendo sempre a necessidade de olhar para os mesmos de uma forma mais global e integrada. Por exemplo, existe uma maior probabilidade de as raparigas que fogem reportarem terem sido vítimas de abuso sexual, comparativamente com os rapazes. Por outro lado, os rapazes apresentam maior probabilidade de efetuar fugas se já tiverem estado envolvidos em situações de crime ou por influência dos pares (Jeanis et al., 2020).

Quanto à faixa etária, a literatura indica que os jovens que mais frequentemente fogem têm mais de 14 anos (e.g., Gambon & Gerwitz O'Brien, 2020; Moon et al., 2019; Sanchez et al., 2006). Estes dados apontam para o facto de os adolescentes nesta faixa etária terem maior motivação para abandonar a sua casa ou o local onde residem, devido a uma maior resistência à autoridade parental ou do cuidador, por evidenciarem comportamentos que podem ser fontes de tensão (e.g., consumo de substâncias ou comportamentos de oposição/desafio), bem como a ideia de que são capazes de tomar conta de si mesmos (Sanchez et al., 2006). Neste sentido, os comportamentos de fuga podem incluir-se num padrão mais geral de comportamen-

tos de desafio ou delinquentes. Contudo, também podem ser considerados como comportamentos de defesa (Holliday et al., 2017), já que muitos jovens referem que fogem numa tentativa de escapar aos seus problemas, fazendo-o de forma impulsiva e, frequentemente, após a ocorrência de um episódio negativo (Martinez, 2006).

Relativamente à saúde mental, a investigação sugere que alguns dos jovens que fogem de casa apresentam défices cognitivos, níveis elevados de depressão, níveis baixos de autoestima e comportamentos autolesivos (McKinney, 2014). Estes jovens reportam, também, mais ideação suicida, bem como mais tentativas de suicídio (Gewirtz O'Brien, Edinburgh et al., 2020). Por outro lado, níveis mais elevados de autoestima estão associados à menor probabilidade de ter comportamentos de fuga (Castillo et al., 2023).

Os jovens que se envolvem em conflitos interpessoais, que procuram situações estimulantes e que tenham comportamentos antissociais (e.g., furtos, vandalismo) apresentam maior probabilidade de ter comportamentos de fuga (Castillo et al., 2023).

Quanto ao consumo de drogas, este pode ser, simultaneamente, um fator de risco para a fuga e uma consequência da situação de fuga, já que quanto mais tempo os jovens se encontrarem nesta situação, maior a probabilidade de desenvolverem uma dependência por estas substâncias (Castillo et al., 2023; McKinney, 2014; Tucker et al., 2011). Igualmente, o consumo de álcool e de tabaco encontra-se associado às situações de fuga (Castillo et al., 2023; Kim & Moon, 2023).

Outros motivos reportados pelos jovens são os problemas com a lei (Martinez, 2006).

Um estudo recente comparou uma amostra de jovens que efetuaram fugas com jovens da população normativa. Os resultados revelaram que quatro em cada 10 jovens que fugiram apresentavam quatro ou mais fatores de risco comportamentais, enquanto para os jovens da população normativa os mesmos riscos eram verificados apenas em um em cada 27 jovens (Castillo et al., 2023).

1.1.2. FATORES DE RISCO FAMILIARES

Os jovens em fuga, geralmente, procuram alcançar segurança, independência e um ambiente menos restritivo (o que raramente sucede após a fuga), pelo que as relações familiares negativas são um dos preditores com maior relevância nas situações de fuga (Martinez, 2006).

Os jovens que fogem de casa reportam, frequentemente, a existência de uma relação de conflito com os pais ou cuidadores, que inclui rejeição parental, castigos severos, práticas parentais pouco eficazes, falta de supervisão, instabilidade e comunicação familiar ineficaz (McKinney, 2014; Sanchez et al., 2006; Thompson et al., 2007; Tucker et al., 2011). Também a falta de supervisão parental está associada a esta problemática (Tyler & Bersani, 2008).

Estes jovens referem, muitas vezes, serem vítimas de negligência e abusos físicos, sexuais e psicológicos (Bozzay et al., 2020; Holliday et al., 2017; Martinez, 2006).

No que diz respeito aos abusos sexuais como variável de risco, a idade do primeiro episódio de fuga é mais precoce para os jovens que sofreram este tipo de violência, comparativamente com a idade de outros jovens que fugiram, mas que não passaram por esta situação (Thrane et al., 2006).

Num estudo que comparou a perspetiva de pais ou cuidadores e de jovens que efetuaram fugas, os pais reportaram menor monitorização dos adolescentes e maior rejeição parental, através de comportamentos que evidenciavam baixa prestação de cuidados, culpabilização do jovem ou falta de confiança no mesmo. Por seu lado, os adolescentes também indicaram baixa monitorização parental, pouco afeto e suporte e maior rejeição por parte dos pais (Whitbeck et al., 1997). Um estudo recente vem dar suporte a estes resultados, tendo revelado que o maior envolvimento parental está inversamente associado com as situações de fuga (Castillo et al., 2023).

A qualidade da relação entre pais e filhos é um preditor que contribui para a fuga dos jovens, nomeadamente, o elevado controlo parental e a baixa afetividade ou

suporte (McGarvey et al., 2010; Saewyc et al., 2019), assim como um estilo de vinculação inseguro (Chen et al, 2012; Henk, 2001; Selbach, 1999).

A investigação levada a cabo por Noh e Kim (2020) é um retrato claro da experiência familiar que precedeu a fuga de nove jovens. À data das entrevistas, as jovens, na sua maioria com 18 anos, indicaram que um dos motivos que levou à decisão de fugir de casa foi a escalada de conflito entre elas e os pais. Desde a sua infância foram expostas a situações de conflito parental e, em alguns casos, apontadas como as responsáveis pelo mesmo. As comparações que muitos pais faziam entre irmãos agravava, igualmente, a qualidade das relações (ver, também, Martinez, 2006).

Foi mencionada a dificuldade em lidar com o abuso de álcool e os problemas de saúde mental dos pais, situações potenciadoras de desentendimentos (Noh & Kim, 2020).

Todas as participantes reportaram ter sofrido abusos e negligência (e.g., violência doméstica), bem como controlo excessivo por parte dos pais, fosse em relação aos horários, ao grupo de pares ou ao desempenho académico, podendo, mesmo, ser fisicamente punidas quando desrespeitavam as regras estabelecidas pelos pais (Noh & Kim, 2020).

As jovens referiram que, antes de fugir, experienciavam emoções negativas relativamente aos pais, devido ao conflito familiar. Por um lado, sentiam-se culpadas pela situação e, quando um dos pais saía de casa, sentiam-se abandonadas. Afirmaram que a sua vida se tornou cada vez pior e, em muitos casos, tiveram comportamentos autolesivos, ideação e tentativas de suicídio (Noh & Kim, 2020).

Num outro estudo com 23 jovens, entre os 13 e os 17 anos, os resultados vão, também, nesse sentido. A fuga é uma tentativa de romper com uma relação familiar abusiva e de obter maior controlo sobre a sua vida. A perceção dos jovens é de que esta situação “*não [pode] ser pior do que aquilo que tinham vivido nas suas casas*” (Martinez, 2006, p. 80).

Estes jovens procuravam compreender aquilo que os pais sentiam por si, através

das suas reações à situação, afirmando que eles próprios se sentiam sós, pouco amados, esquecidos e excluídos (Martinez, 2006).

1.1.3. FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM O MEIO

Os comportamentos de fuga podem ser influenciados por fatores relacionados com o ambiente que rodeia o jovem, tais como, a escola (e.g., relação com professores, desempenho escolar, ser vítima de *bullying*, etc.), a zona onde reside, a exposição a conteúdos desadequados nas redes sociais (e.g., jogos online – que envolvam ou não apostas, aplicações de encontros, etc.), a aplicação de medidas de promoção e proteção em regime de colocação e o grupo de pares (Flowers, 2010; Kim & Moon, 2023).

No que diz respeito à relação com a escola, os jovens que efetuam fugas reportam elevados níveis de absentismo. Para muitos deles, o facto de se envolverem em problemas na escola é um dos motivos de fuga, assim como ter notas mais baixas. Neste sentido, a literatura sugere que a falta de envolvimento com o meio escolar ou o baixo sentimento de pertença podem contribuir para os comportamentos de fuga (Gambon & Gerwitz O'Brien, 2020; Holliday et al., 2017).

Estudos recentes vêm, de certo modo, confirmar esta relação: o desempenho escolar é uma variável inversamente associada com as situações de fuga, ou seja, os jovens que apresentam menor desempenho escolar têm maior probabilidade de ter comportamentos de fuga e vice-versa (Castillo et al., 2023; Holliday et al., 2017).

Relativamente aos jovens envolvidos no sistema de promoção e proteção, aqueles que vivem em casas de acolhimento ou em acolhimento familiar apresentam maior probabilidade de fugir e de reincidir neste comportamento, especialmente, durante os primeiros meses após a aplicação da medida, comparativamente com os que residem com os pais (Flowers, 2010).

Por outro lado, a relação com os pares também se encontra associada com esta problemática, já que ter amigos que se envolvem em pequenos delitos, independentemente do comportamento do próprio jovem, pode aumentar o seu

risco de fuga de casa (McKinney, 2014; Tucker et al., 2011). Assim, estar inserido num grupo de pares cujos membros tenham abandonado a escola ou faltem frequentemente, tenham menor aproveitamento escolar, tenham por hábito saídas noturnas, tenham comportamentos antissociais (e.g., furtos, vandalismo) e consumam substâncias aumenta a probabilidade de o jovem ter comportamentos de fuga (Castillo et al., 2023; Chen et al., 2012).

No que diz respeito à popularidade e à interação com os amigos, não parecem existir diferenças entre os jovens que fogem e aqueles que não se envolvem nesses comportamentos. Contudo, verifica-se que os primeiros, dentro do seu grupo de pares, ocupam uma posição mais marginal, sugerindo a literatura que este facto poderá estar relacionado com as dinâmicas de interação interpessoal modeladas no seio familiar que poderão contribuir para relações de maior conflito ou de menor duração com os pares (Chen et al., 2012).

1.2. INTERVENÇÃO COM JOVENS EM FUGA

Dada a revisão de literatura sobre os fatores de risco que levam os jovens a fugir, podemos afirmar, de modo geral, que as intervenções devem ser capazes de garantir um ambiente seguro (seja em termos de espaço físico ou de segurança emocional e psicológica), de suporte (e.g., encorajamento, desenvolvimento de competências, análise do conflito), com interações sociais adequadas (e.g., relação com adultos que possam dar o exemplo e em quem os jovens confiem, fomentar o sentimento de pertença) e envolvimento ativo do jovem na intervenção (e.g., refletir sobre a situação, tomar decisões, estabelecer objetivos e planos para o futuro) (Gwadz et al., 2018).

Deverá ser tido em conta o estágio de desenvolvimento cognitivo e emocional do jovem, assim como as razões específicas que o levaram a fugir. Deste modo, a intervenção deve ser flexível, deve prestar os cuidados adequados e ser adaptada às características do indivíduo, procurando que o jovem não desista ou resista ao suporte que lhe é fornecido (Slesnick et al., 2009).

Uma outra característica da intervenção deve ser fornecer estrutura e orienta-

ção aos jovens, mas respeitando as suas necessidades de autonomia (Gwadz et al., 2018), já que, como vimos anteriormente, muitos destes jovens que fogem fazem-no para obter um sentimento de controlo sobre as suas vidas. Do ponto de vista destes jovens, aquilo que mais valorizam na intervenção é a confiança, a confidencialidade e não sentirem que estão a ser julgados (Slesnick et al., 2009). Sobre este ponto, há que ter em conta que muitos destes jovens foram maltratados pela sua família, os adultos em quem deveriam confiar e que os deveriam proteger, e, por isso, podem ter dificuldades em estabelecer uma relação com outros adultos, sendo necessário respeitar o seu ritmo.

A intervenção psicológica deverá, também, abordar as questões relacionadas com o trauma, seja o sofrido na família ou em consequência da fuga, e promover trajetórias de desenvolvimento saudáveis (Gewirtz O'Brien, Moynihan et al., 2020).

No que diz respeito à intervenção em casas de acolhimento (noutros países denominadas casas-abrigo ou “*runaway shelters*”) verificam-se benefícios a curto prazo, no sentido em que removem o perigo imediato, mas não existem evidências a longo prazo. Ou seja, a literatura sugere que este tipo de resposta não intervém diretamente nas causas que levam os jovens a fugir ou, quando efetivamente o tenta fazer, não consegue abranger as várias necessidades do jovem e da família (Slesnick et al., 2009).

Assim, as intervenções que envolvam o jovem e a família devem fomentar o desenvolvimento de competências de comunicação, de resolução de conflitos e de gestão do stress, o estabelecimento de regras, a gestão de expectativas (incluindo o que se espera na fase de desenvolvimento em que o jovem se encontra), o uso de disciplina não violenta, procurando contribuir para o aumento da coesão familiar e redução dos conflitos e, conseqüentemente, para a prevenção das fugas (Sanabria, 2006).

Para além disto, a questão da reunificação familiar deve ser cuidadosamente avaliada, já que alguns adolescentes não estão disponíveis para regressar a casa ou poderá existir resistência por parte dos cuidadores (Slesnick et al., 2009), pelo que outros projetos de vida devem ser considerados e adaptados às necessidades do jovem.

1.3. O PRESENTE ESTUDO

O presente estudo visa recolher informação que permita conhecer melhor este fenómeno das fugas e caracterizar os jovens e as suas famílias.

É um estudo de carácter exploratório que pretende compreender quais as circunstâncias das fugas dos adolescentes acompanhados pelo Instituto de Apoio à Criança e a sua relação com a forma como o/a adolescente se percebe, com as práticas educativas dos pais e com a qualidade da vinculação dos jovens aos pais e aos pares. Adicionalmente, procurou-se perceber, na perspetiva dos profissionais que acompanham estes jovens, quais os pontos fortes e os desafios encontrados ao longo da intervenção.

2. MÉTODO

2.1. PARTICIPANTES

No presente estudo participaram oito adolescentes, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos ($M = 15,88$; $DP = 2,48$), sendo quatro rapazes e quatro raparigas.

O nível de estudos variou entre o 5.º e o 11.º ano de escolaridade ($M = 8,00$; $DP = 1,73$). Cinco adolescentes reprovaram uma vez e dois reprovaram três vezes.

No que diz respeito ao agregado familiar, os adolescentes residiam com a mãe e irmãos ($n = 2$), com a família alargada ($n = 1$) e com o companheiro ($n = 1$).

Quatro adolescentes residiam em instituição ou lar de acolhimento.

Todos os participantes tinham irmãos e o número de irmãos variou entre um e oito. Dois jovens residiam com um dos irmãos.

Quanto ao estado civil dos pais, cinco mencionaram que os pais estavam divorciados ou separados, dois referiram que os pais estavam casados ou unidos de facto e um indicou a viuvez da mãe.

Os adolescentes residiam nos concelhos de Coimbra, Lisboa, Loures, Montijo, Óbidos, Oeiras e Seixal.

Foi, ainda, recolhido o testemunho da equipa do Instituto de Apoio à Criança, do Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, com experiência no acompanhamento de jovens que realizaram fugas.

2.2. MEDIDAS

Foram usadas as seguintes medidas:

- Questionário Sociodemográfico (Salvaterra & Chora, 2021);

- Perfil de Autoconceito para Adolescentes (*Self-Perception Profile for Adolescents – SPPA*) (Harter, 1988; adaptação portuguesa de Peixoto et al., 1996);
- Inventário de Memórias de Cuidados na Infância para Adolescentes – EMBU-A (Gerlsma et al., 1991; adaptação portuguesa de Lacerda, 2005);
- Inventário de Vinculação aos Pais e aos Pares – Revisto (*Inventory of Parent and Peer Attachment – Revised – IPPA-R*) (Armsden & Greenberg, 1987; adaptação portuguesa de Neves, 1995);
- Entrevista estruturada (Salvaterra & Chora, 2023).

2.2.1. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Recolheu dados sobre o adolescente (e.g., idade, sexo, escolaridade), sobre a família (com quem vive, se tem irmãos, estado civil dos pais) e informações sobre a situação de fuga (Salvaterra & Chora, 2021).

2.2.2. PERFIL DE AUTOCONCEITO PARA ADOLESCENTES – SPPA

A Escala de Autoconceito para Adolescentes foi desenvolvida por Susan Harter (1988) e adaptada para a população portuguesa por Peixoto e colaboradores (1996).

Este instrumento de autorrelato pode ser aplicado a adolescentes entre os 12 e os 21 anos e avalia o seu autoconceito e a importância dada à sua autoperceção, em diferentes áreas, através de duas escalas: Escala de Autoperceção (“Como é que eu sou?”) e Escala de Importância (“O quanto é isto importante para mim?”).

A Escala de Autoperceção é constituída por 49 itens, distribuídos pelas subescalas:

- Competência Escolar (CE) – Avalia o modo com o adolescente percebe o seu desempenho escolar (e.g., “*Alguns jovens sentem que são tão inteligentes como os outros jovens da sua idade. Mas, outros jovens não têm tanta certeza de ser tão inteligentes.*”);

- Aceitação Social (AS) – Avalia a percepção do adolescente sobre o modo como é aceito pelos colegas e quanto à sua popularidade (e.g., “*Alguns jovens acham difícil fazer amigos. Mas para outros é muito fácil fazer amigos.*”);
- Competência Atlética (CA) – Avalia a percepção do adolescente quanto às suas capacidades em atividades físicas e/ou desportivas (e.g., “*Alguns jovens são muito bons a praticar qualquer tipo de desporto. Mas outros jovens sentem que não são muito bons a praticar desporto.*”);
- Aparência Física (AF) – Avalia o grau de satisfação do adolescente relativamente ao seu aspeto físico (e.g., “*Alguns jovens não se sentem muito satisfeitos com a sua aparência. Mas outros jovens gostam da sua aparência.*”);
- Atração Romântica (AR) – Avalia a percepção do adolescente relativamente à sua capacidade para atrair romanticamente aqueles por quem se sente atraído (e.g., “*Alguns jovens têm facilidade em arranjar namorados/as. Mas outros jovens têm dificuldade em arranjar namorados/as.*”);
- Comportamento (CP) – Avalia como o adolescente se sente em relação ao modo como age, se tem comportamentos considerados corretos, se age de acordo com o que esperam dele e se evita problemas (e.g., “*Alguns jovens fazem, geralmente, o que está certo. Mas outros jovens, muitas vezes, não fazem o que está certo.*”);
- Amizades Íntimas (AI) – Avalia a percepção do adolescente sobre a sua capacidade para fazer e manter amigos íntimos (e.g., “*Alguns jovens têm um amigo especial com quem podem partilhar os seus segredos. Mas outros jovens não têm um amigo especial para partilhar os seus segredos.*”);
- Autoestima (AE) – Avalia se o adolescente gosta de si enquanto pessoa e consiste numa avaliação global do seu valor, não constituindo um domínio específico de competência (e.g., “*Alguns jovens ficam, frequentemente, desapontados consigo. Mas outros jovens estão muito satisfeitos consigo.*”).

A adaptação portuguesa excluiu a subescala Competência no Trabalho (encontrada na versão original), devido às diferenças culturais existentes entre a popu-

lação original (norte-americana) e a portuguesa.

A versão utilizada neste estudo não inclui as dimensões Competência a Língua Materna e Competência a Matemática, que se encontram na versão mais recente deste instrumento (Peixoto & Almeida, 1999).

A Escala de Importância avalia a importância que o adolescente atribui às subescalas mencionadas (excluindo a Autoestima), através de 19 itens.

Para ambas as escalas, os itens são apresentados sob a forma de duas afirmações, entre as quais o adolescente deve selecionar com qual se identifica mais. Em seguida, e para a afirmação escolhida, deverá indicar o seu grau de identificação, conforme é “*Exatamente como eu*” ou “*Mais ou menos como eu*”.

A cotação dos itens é efetuada de 1 a 4, existindo itens revertidos. O perfil do adolescente tem por base os totais obtidos em cada uma das subescalas, nos quais valores mais baixos revelam uma perceção de baixa competência e valores mais elevados remetem para uma perceção de elevada competência.

A versão portuguesa apresenta boas características psicométricas ao nível do coeficiente de consistência interna, nomeadamente, a competência escolar com $\alpha = 0,74$, a aceitação social com $\alpha = 0,78$, a competência atlética com $\alpha = 0,76$, a aparência física com $\alpha = 0,82$, a atração romântica com $\alpha = 0,68$, o comportamento com $\alpha = 0,76$, as amizades íntimas com $\alpha = 0,81$ e a autoestima com $\alpha = 0,70$ (Peixoto, 2003).

Quanto às propriedades psicométricas do presente estudo, o valor global para a consistência interna (α) da escala de autoperceção foi $\alpha = 0,773$ e para a escala de importância foi $\alpha = 0,809$. Estes valores indicam uma boa consistência interna do instrumento.

2.2.3. INVENTÁRIO DE MEMÓRIAS DE CUIDADOS NA INFÂNCIA PARA ADOLESCENTES – EMBU-A

O EMBU-A é um instrumento de autorrelato, destinado a adolescentes entre os

12 e os 17 anos, desenvolvido por Gerlsma, Arrindell, Van der Veen e Emmelkamp (1991) e com origem no instrumento EMBU, formulado para adultos. A tradução e a validação para a população portuguesa foram feitas por Lacerda (2005).

O questionário é constituído por 48 itens, distribuídos pelas seguintes dimensões:

- Rejeição – Diz respeito aos comportamentos parentais que visam modificar e influenciar o comportamento dos filhos, através da aplicação de castigos físicos, privação de privilégios ou de objetos, e sem ter em consideração as especificidades, os desejos ou as necessidades dos filhos (e.g., *“Os teus pais castigam-se por coisas sem importância?”*, *“Os teus pais tratam-te de maneira a sentires-te inferiorizado?”*);
- Suporte Emocional – Refere-se às práticas parentais que encorajam o filho a sentir-se bem na presença dos pais e que estes o valorizam como pessoa, através de comportamentos de aprovação, encorajamento, ajuda, compreensão, expressão verbal e física de amor e de carinho (e.g., *“Os teus pais demonstram que gostam de ti?”*, *“Pensas que os teus pais têm a tua opinião em consideração?”*);
- Sobreproteção – Remete para práticas parentais de proteção excessiva em relação às experiências dos filhos, através de comportamentos parentais intrusivos, excesso de contacto, desencorajamento de independência, elevadas expectativas dos pais e imposição de regras rígidas (e.g., *“Tens de dizer aos teus pais o que estiveste a fazer quando chegas a casa?”*, *“Achas que os teus pais estão sempre com medo que te aconteça alguma coisa?”*).

A versão portuguesa exclui a dimensão Sujeito Favorito, existente na original, por não ter sido encontrada na análise fatorial.

As respostas são fornecidas através de uma escala de tipo *Likert* de 4 pontos (1 = *“Sim, a maior parte do tempo”* a 4 = *“Não, nunca”*).

Valores mais elevados em cada uma das escalas traduzem-se numa vinculação mais segura.

O instrumento adaptado à população portuguesa apresenta boas características psicométricas, com valores de consistência interna (α) a variar entre os 0,73 e os 0,94 (Lacerda, 2005).

No que diz respeito às propriedades psicométricas deste instrumento no presente estudo, aproximam-se das verificadas por Lacerda (2005). Assim, para a sobreproteção, o alfa de Cronbach obteve os valores 0,757 e 0,791 para a mãe e pai, respetivamente. A dimensão suporte emocional referente à mãe foi de $\alpha = 0,963$ e para o pai de $\alpha = 0,976$. Por fim, os resultados para a dimensão rejeição foram de $\alpha = 0,881$ (mãe) e $\alpha = 0,939$ (pai). Estes valores revelam que o instrumento apresenta boa consistência interna.

2.2.4. INVENTÁRIO DE VINCULAÇÃO AOS PAIS E AOS PARES – REVISTO – IPPA-R

O Inventário de Vinculação aos Pais e Pares é a versão portuguesa, traduzida e adaptada por Neves (1995), do *Inventory of Parent and Peer Attachment* de Armsden e Greenberg (1987), e procura avaliar a qualidade da vinculação dos jovens, a partir dos 12 anos, à mãe, ao pai e aos amigos, nomeadamente, as dimensões comportamentais, cognitivas e afetivas das relações atuais com os pais e com os amigos. Segundo a autora, “os itens deste instrumento avaliam, assim, comportamentos, cognições e estados emocionais que envolvem a confiança, a compreensão e o respeito mútuo, a acessibilidade e a responsividade das figuras e, ainda, estados emocionais como sejam a raiva, a irritação e o ressentimento dirigido a essas figuras e, ainda, a desvinculação ou o isolamento na relação” (Neves et al., 1999, p. 41).

Esta medida tem como base a teoria da vinculação de Bowlby e pretende aceder às perceções positivas e negativas das dimensões afetiva e cognitiva das relações dos adolescentes com os seus pais e amigos próximos, nomeadamente, perceber qual o contributo destas figuras como suporte da segurança psicológica.

Esta escala de autorrelato é constituída por 75 itens, distribuídos de forma equitativa pela figura materna, pela figura paterna e pelos amigos. É respondido através de uma escala de Likert de cinco pontos (1 = “Nunca ou quase nunca” a 5 = “Sempre ou quase sempre”) e avalia as dimensões:

- Confiança – Grau de compreensão e respeito mútuo na relação de vinculação (e.g., pais – “*Os meus pais respeitam os meus sentimentos.*”; amigos – “*Quando tenho algum problema grave posso contar com os meus amigos.*”);
- Comunicação – Qualidade e extensão de comunicação na relação de vinculação (e.g., pais – “*Costumo falar aos meus pais dos meus problemas ou complicações.*”; amigos – “*Quando os meus amigos percebem que eu tenho algum problema, procuram saber sempre o que tenho.*”);
- Alienação – Sentimentos de raiva e alienação interpessoal (e.g., pais – “*Perco a cabeça facilmente com os meus pais.*”; amigos – “*Os meus amigos não percebem o que eu ando a fazer na vida.*”).

O cálculo das três dimensões é feito através da soma dos resultados obtidos de cada item, de acordo com aqueles que são de ordem direta e inversa, respetivamente. Valores mais elevados em cada dimensão traduzem-se em maior confiança, comunicação e alienação (Armsden & Greenberg, 1987).

De acordo com Armsden e Greenberg (1987), o resultado obtido em cada subescala é revelador daquilo que o adolescente percebe acerca da segurança emocional que é parte integrante das relações de vinculação aos pais e aos pares. Resultados mais elevados são expressão de uma vinculação segura, onde predominaram a compreensão, disponibilidade e responsividade por parte das figuras de vinculação. Contrariamente, resultados inferiores são reveladores de uma relação de vinculação marcada pela insegurança, da qual fizeram parte figuras de vinculação que falharam ao nível da responsividade, conduzindo o adolescente a experiências negativas e de desânimo.

A versão portuguesa deste instrumento tem boas propriedades psicométricas, com valores de consistência interna (α) elevados em todas as subescalas: 0,92, 0,95 e 0,93 para as subescalas Mãe, Pai e Amigos, respetivamente (Neves et al., 1999).

Neste estudo, obtiveram-se bons valores no que diz respeito à consistência interna. Na dimensão confiança, os itens para a mãe, pai e amigos apresentaram alfas de Cronbach de $\alpha = 0,911$, $\alpha = 0,834$ e $\alpha = 0,649$, respetivamente. A dimen-

são comunicação obteve valores elevados: $\alpha = 0,907$ (mãe), $\alpha = 0,903$ (pai) e $\alpha = 0,879$ (amigos). Por último, na dimensão alienação verificaram-se os seguintes valores: $\alpha = 0,811$ (mãe), $\alpha = 0,866$ (pai) e $\alpha = 0,626$ (amigos).

2.2.5. ENTREVISTA ESTRUTURADA AOS PROFISSIONAIS

O testemunho dos profissionais foi recolhido através de uma entrevista estruturada que abordava os seguintes tópicos: 1) características e procedimentos da intervenção; 2) pontos fortes da intervenção; 3) desafios da intervenção, na relação com o jovem, a família e outros serviços; e 4) sugestão de medidas complementares à intervenção (Salvaterra & Chora, 2023).

2.3. PROCEDIMENTO

Os adolescentes foram contactados pelos técnicos do Projecto Rua, bem como através da Rede Juvenil Crescer Juntos, para aferir a sua disponibilidade em participar no estudo.

Após terem acedido, foram marcadas entrevistas presenciais e obtido o seu consentimento informado, bem como o dos pais ou responsáveis legais (quando os participantes tinham menos de 18 anos). Alguns participantes responderam ao questionário em formato online.

A recolha de dados foi efetuada tendo por base as normas de aplicação dos instrumentos.

Foi solicitado aos profissionais que respondessem à entrevista que lhes era destinada.

A análise quantitativa dos dados foi realizada com recurso ao programa informático *IBM SPSS Statistics 21.0* para *Windows*, após a introdução dos mesmos numa base de dados.

3. RESULTADOS

3.1. SITUAÇÃO DE FUGA

Sobre a primeira situação de fuga, sete jovens referiram ter fugido de casa e um fugido da instituição/lar de acolhimento onde estava integrado.

A idade com que efetuaram a primeira fuga varia entre os 11 e os 18 anos ($M = 13,75$; $DP = 2,25$).

O número de fugas efetuadas encontra-se descrito na tabela 1.

Tabela 1.
Número de Fugas Efetuadas

Número de fugas	Número de jovens
1	1
2 a 3	4
4 a 5	2
6 ou mais	1

Questionaram-se os jovens sobre o tempo de permanência máximo em situação de fuga. As respostas encontram-se na tabela 2.

Tabela 2.
Tempo de Permanência Máximo em Situação de Fuga

Tempo de permanência máximo em situação de fuga	Número de jovens
Umas horas	3
4 a 6 dias	1
1 semana ou mais	4

Os jovens também se pronunciaram sobre o que os motivava a fugir. Em seguida apresentamos as suas respostas ao item “Quando foges é porque sentes que...”:

- “Medo. Pensava que quando voltasse a mãe ia bater-me, não dormia, a polícia andava à minha procura. Pensava se a família ia voltar a ter confiança em mim, se as irmãs iam falar comigo.”

- *“Não sei o que sentia. Queria resolver as coisas com o padrasto. Fazer as pazes com ele.”*
- *“Não sentia nada.”*
- *“Precisava do meu espaço e duma certa forma não me encontrava bem com a minha mãe e não me sentia bem em casa.”*
- *“Nada.”*
- *“Não gosto do colégio. Sou livre e não gosto de estar presa.”*
- *“Triste.”*
- *“Porque a minha mãe começava a discutir e [quando fugia] da instituição porque queria estar com a minha namorada.”*

3.2. AUTOCONCEITO DOS ADOLESCENTES

Para analisar o autoconceito dos adolescentes, começámos por considerar as médias de cada dimensão, sendo que a média é proporcional à dimensão, ou seja, quanto mais elevada for a média, melhor é a autoperceção dos jovens nessa mesma dimensão e maior a importância que dão a cada uma das áreas em análise.

Considerando que o valor obtido em cada dimensão varia entre 1 e 4 e sendo a partir do ponto 3 da escala que os adolescentes se autopercecionam de forma positiva, podemos verificar que, em média, os jovens apresentaram uma baixa autoperceção na maioria das dimensões analisadas, já que as médias se encontram abaixo desse mesmo ponto.

De referir que na Escala de Autoperceção a dimensão Comportamento foi aquela que obteve uma média mais baixa, ou seja, os jovens têm uma perceção mais baixa das suas competências comportamentais, no que diz respeito à forma como agem, se se comportam corretamente, se agem de acordo com o que esperam deles e se evitam problemas. Por outro lado, a dimensão Atração Romântica foi a

que apresentou uma média mais elevada, isto é, os adolescentes consideram que têm maior capacidade para atrair romanticamente aqueles por quem se sentem atraídos.

Relativamente à Escala da Importância, os jovens desta amostra atribuem maior relevância à sua Aparência Física e menor valor à Aceitação Social, dimensões com as médias mais alta e mais baixa, respetivamente.

Estes resultados podem ser confirmados na tabela 3.

Tabela 3.
Estatística Descritiva das Dimensões da Escala de Autoconceito

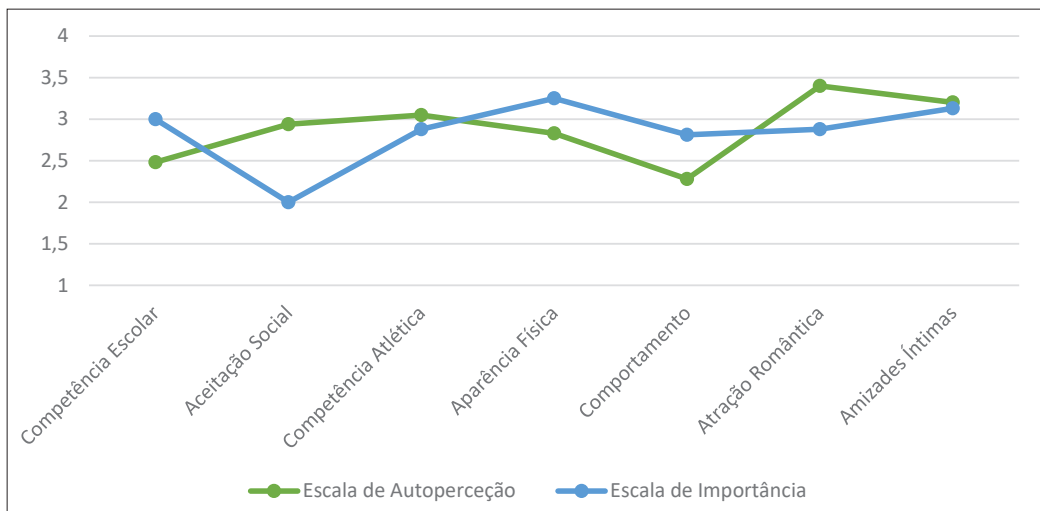
Dimensão	Min	Max	M	DP
Escala de Autoperceção				
Competência Escolar	1,60	3,60	2,48	0,76
Aceitação Social	1,60	3,80	2,94	0,71
Competência Atléticoa	2,00	4,00	3,05	0,67
Aparência Física	1,40	4,00	2,83	0,77
Comportamento	1,40	3,40	2,28	0,64
Atração Romântica	2,40	4,00	3,40	0,49
Amizades Íntimas	2,20	4,00	3,20	0,59
Autoestima	2,00	4,00	2,80	0,68
Escala de Importância				
Competência Escolar	1,50	4,00	3,00	1,00
Aceitação Social	1,00	4,00	2,00	1,07
Competência Atléticoa	1,00	4,00	2,88	1,06
Aparência Física	2,50	4,00	3,25	0,80
Comportamento	1,00	4,00	2,81	1,28
Atração Romântica	1,50	4,00	2,88	0,79
Amizades Íntimas	1,50	4,00	3,13	0,95

Em seguida, com base nestes dados, apresentamos o perfil de autoconceito da amostra do presente estudo (gráfico 1), cruzando os resultados de ambas as escalas (autoperceção e importância) e tendo como referência, novamente, os valores iguais ou superiores a 3 para determinar os domínios que têm uma relevância elevada para os jovens, quer em termos de autoperceção, quer em termos de importância (Harter, 2012; Peixoto et al., 1996).

No que diz respeito à escala de auto percepção, os domínios competência atlética, atração romântica e amizades íntimas são aqueles em que os jovens se percebem como mais competentes e satisfeitos consigo mesmos. Se analisarmos face à escala de importância, apenas nas amizades íntimas, a percepção do adolescente sobre a sua capacidade para fazer e manter amigos íntimos e importância deste domínio parece coincidir.

Para a escala de importância, verificamos que a competência escolar, a aparência física e as amizades íntimas são as áreas às quais os participantes dão maior importância. Contudo, os jovens autoavaliam-se como menos competentes ao nível do desempenho escolar e menos satisfeitos com o seu aspeto físico, do que a importância que atribuem a estes domínios.

Gráfico 1.
Perfil de Autoconceito dos Adolescentes da Amostra



3.3. MEMÓRIAS DE CUIDADOS NA INFÂNCIA

A análise das memórias de cuidados na infância teve por base as dimensões Sobreproteção, Suporte Emocional e Rejeição, sendo que a pontuação das mesmas varia entre 1 e 4 e que 2,5 é o ponto médio da escala. Acrescenta-se que, quanto

mais elevada for a média, mais os jovens percebem os seus pais como tendo comportamentos característicos de cada uma das dimensões.

Na tabela 4 podemos verificar os resultados obtidos. Destacamos que para todas as dimensões, as respostas dos jovens, em média, remetem para valores acima do ponto médio, exceto para o Suporte Emocional da mãe. Para ambos os pais, a dimensão que obteve pontuação mais elevada, em média, foi a Rejeição. Ou seja, os jovens têm mais memórias de cuidados na infância caracterizadas por comportamentos parentais que revelam desrespeito pelos desejos ou necessidades dos filhos e que envolvem, por exemplo, castigos físicos e privação de privilégios ou de objetos.

Por outro lado, e também referente à mãe e ao pai, a dimensão que obteve uma média mais baixa foi o Suporte Emocional.

Tabela 4.
Estatística Descritiva das Dimensões do Inventário de Memórias e Cuidados na Infância

Dimensões	Min	Max	M	DP
Mãe				
Suporte Emocional	1,21	3,68	2,46	0,99
Sobreproteção	1,50	3,70	2,58	0,79
Rejeição	1,89	3,68	2,97	0,70
Pai				
Suporte Emocional	1,05	3,95	2,79	1,01
Sobreproteção	2,20	4,00	3,18	0,76
Rejeição	2,00	3,79	3,22	0,70

3.4. VINCULAÇÃO AOS PAIS E AOS PARES

De modo a analisar a qualidade da vinculação, nas dimensões Confiança, Comunicação e Alienação, à mãe, ao pai e aos pares, começámos por considerar as médias de cada dimensão obtidas pelo IPPA, sendo que a média é proporcional à dimensão, ou seja, quanto mais elevada for a média, maior o índice dessa dimensão.

Fazendo uma análise qualitativa, e reduzindo a média à escala de classificação dos itens (que varia entre 1 e 5 pontos), verificámos que os valores da Confiança e da Comunicação quer com a mãe, quer com o pai, apresentavam valores abaixo do ponto médio (3), o que significa que os adolescentes reportam, em média, pouca confiança e comunicação às figuras de vinculação. No que respeita à dimensão da Alienação, verificou-se que os valores são igualmente baixos, o que significa que os adolescentes revelam, em média, uma alienação baixa às figuras de vinculação.

Por outro lado, e no que diz respeito às dimensões relativas aos pares, os resultados para as dimensões Confiança e Comunicação, encontram-se acima do ponto médio da escala, enquanto o valor médio da Alienação está abaixo do referido ponto. Estes valores são reveladores de uma boa relação com os pares.

Especificamente sobre a vinculação aos pais, os jovens que participaram neste estudo apresentaram, em média, valores baixos para a vinculação à mãe e ao pai. Por sua vez, a vinculação aos amigos encontra-se acima do ponto médio da escala.

Estes resultados podem ser analisados na tabela 5.

Tabela 5.
Estatística Descritiva das Dimensões do Inventário de Vinculação aos Pais e aos Pares

Dimensão	Min	Max	M	DP
Mãe				
Confiança	1,10	4,60	2,99	1,34
Comunicação	1,33	4,56	2,40	1,32
Alienação	1,00	4,50	2,90	1,32
Vinculação à figura materna	1,40	4,56	2,79	1,18
Pai				
Confiança	1,10	4,60	2,80	1,15
Comunicação	1,22	4,89	2,22	1,27
Alienação	1,00	4,83	2,55	1,48
Vinculação à figura paterna	1,24	4,80	2,73	1,13
Pares				
Confiança	2,80	4,90	3,71	0,67
Comunicação	1,38	4,88	3,06	1,11
Alienação	1,57	4,43	2,43	0,87
Vinculação aos amigos	2,92	4,60	3,47	0,52

3.5. CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA, MEMÓRIAS DE CUIDADOS NA INFÂNCIA E VINCULAÇÃO

Conforme apresentado na tabela resumo (tabela 6), é possível ter uma visão global da amostra no que diz respeito às características sociodemográficas, às memórias de cuidados na infância e vinculação aos pais e aos pares. Em seguida, faremos uma análise mais descritiva e qualitativa da nossa amostra.

Verificamos que as memórias de Rejeição são as mais prevalentes para a maioria dos jovens, quer para a mãe ($n = 5$), quer para o pai ($n = 3$).

Relativamente às memórias de Suporte Emocional, um dos jovens (participante 6) caracteriza o comportamento de ambos os pais como de maior suporte, face às outras dimensões. Para dois jovens (participantes 4 e 5), as memórias do comportamento do pai e da mãe, respetivamente, são mais predominantes nesta dimensão.

As memórias de Sobreproteção de um adolescente (participante 8) remetem principalmente para a mãe, enquanto para outros dois (participantes 2 e 3) são mais salientes para o pai.

A maioria dos jovens apresenta valores mais elevados na vinculação aos amigos ($n = 5$), dois evidenciam valores mais elevados ao pai (participantes 7 e 8) e um (participante 2) evidencia valores mais elevados de vinculação à mãe. De notar que o participante 7 (o mais jovem da amostra) é o único cujo valor de vinculação à mãe e ao pai é superior ao dos amigos.

Relativamente ao sexo, a maioria das raparigas evidencia valores mais elevados de vinculação aos pares (participantes 1, 4 e 6), apenas uma apresenta valores mais elevados de vinculação à mãe (participante 2). Dois rapazes têm valores mais elevados na vinculação aos pares (participantes 3 e 5) e outros dois ao pai (participantes 7 e 8).

No que diz respeito às memórias de infância, as raparigas caracterizam as mães

como mais rejeitantes (participantes 1, 2 e 4), apesar de uma ter mais memórias de suporte emocional (participante 6). As memórias relativas ao pai são de suporte emocional (participantes 4 e 6), de sobreproteção (participante 2) e de rejeição (participante 1).

Para os rapazes, as memórias que têm dos comportamentos da mãe são de rejeição (participantes 3 e 7), de suporte emocional (participante 5) e de sobreproteção (participante 8). Enquanto as memórias de cuidados de infância referentes ao pai são de rejeição (participantes 7 e 8) e de sobreproteção (participante 3).

Quanto à idade atual dos adolescentes, dividimos os participantes em dois grupos: entre 11 e 16 anos e entre 17 e 19 anos. Do primeiro grupo, dois jovens estão mais vinculados ao pai (participantes 7 e 8), dois estão mais vinculados aos amigos (participantes 3 e 5) e um está mais vinculado à mãe (participante 2). Todos os jovens, com 17 ou mais anos, apresentam maior vinculação aos pares.

Relativamente às memórias de cuidados na infância, para os jovens com menos de 16 anos prevalecem os comportamentos de rejeição da mãe (participantes 2, 3 e 7), seguindo-se comportamentos de sobreproteção (participante 8) e de suporte emocional (participante 5). Já os comportamentos do pai dividem-se entre rejeitantes (participantes 2 e 3) e de sobreproteção (participantes 7 e 8).

Para os jovens que têm entre 17 e 19 anos, as memórias que têm da mãe são maioritariamente de rejeição (participantes 1 e 4) e de suporte emocional (participante 6). O inverso ocorre para o pai: dois jovens caracterizam os comportamentos do pai como sendo de maior suporte emocional (participantes 4 e 6) e para o outro de rejeição (participante 1).

No que se refere à idade da primeira fuga, os jovens que fugiram até aos 13 anos estão mais vinculados aos pares (participantes 3, 5 e 6), estando apenas um deles mais vinculado ao pai (participante 7). Dos que efetuaram a primeira fuga após os 13 anos, dois encontram-se mais vinculados aos pares (participantes 1 e 4), um à mãe (participante 2) e outro ao pai (participante 8).

Em relação às memórias de infância, verificamos, para os jovens que fugiram

entre os 11 e os 13 anos, que dois deles têm mais memórias de rejeição por parte da mãe (participantes 3 e 7) e os outros dois mais memórias de suporte emocional (participantes 5 e 6). Para o pai, as memórias distribuem-se pelo suporte emocional (participante 6), pela sobreproteção (participante 3) e rejeição (participante 7).

Quanto aos adolescentes que fugiram pela primeira vez entre os 14 e os 18 anos, prevalecem mais memórias de rejeição relativamente à mãe (participantes 1, 2 e 4), seguidas de memórias de sobreproteção (participante 8). Face ao pai, verificam-se mais comportamentos rejeitantes (participantes 1 e 8), enquanto para os outros dois participantes se verificam mais comportamentos de suporte emocional (participante 4) e de sobreproteção (participante 2).

Dos cinco jovens que fugiram até três vezes, três deles encontram-se mais vinculados aos amigos e dois ao pai. Simultaneamente, têm mais memórias de rejeição de ambos os pais. Aqueles que efetuaram quatro ou mais fugas, também estão mais vinculados aos amigos ($n = 2$) e um deles à mãe. Contudo, as suas memórias de infância estão mais distribuídas: um dos jovens (participante 2) tem mais memórias de rejeição da mãe e de sobreproteção do pai; os outros dois (participantes 5 e 6) têm mais memórias de suporte emocional para ambos os pais.

Por fim, analisando a vinculação aos pais e aos pares com foco no agregado familiar, dos quatro jovens institucionalizados, dois deles estão mais vinculados ao pai (participantes 7 e 8), um à mãe (participante 2) e o outro aos pares (participante 5). Relativamente às memórias de cuidados na infância associadas à mãe, para dois jovens estas memórias remetem para comportamentos de rejeição (participantes 2 e 7) e para outros dois, respetivamente, para memórias de suporte emocional (participante 5) e de sobreproteção (participante 8). Quanto ao pai, prevalecem as memórias de rejeição (participantes 7 e 8) e de sobreproteção (participante 2).

Se explorarmos os dados dos quatro jovens que vivem em contexto natural (companheiro, mãe, irmã e família alargada) verificamos que todos eles estão mais vinculados aos pares. A maioria tem mais memórias dos comportamentos da mãe como sendo rejeitantes (participantes 1, 3 e 4), enquanto as memórias relativas ao pai são de maior suporte emocional (participantes 4 e 6).

Tabela 6.
Resumo das Características dos Jovens da Amostra, Memórias de Infância e Vinculação

Participante	Sexo	Idade	Idade da primeira fuga	Número de fugas	Com quem vive atualmente	Estado civil dos pais
1	F	19	18	2-3	Companheiro	Casados
2	F	16	15	4-5	Instituição	Divorciados
3	M	16	12	2-3	Mãe	Divorciados
4	F	18	14	2-3	Mãe e irmã	Divorciados
5	M	14	13	4-5	Instituição	Mãe viúva
6	F	17	12	+ de 6	Família alargada	Divorciados
7	M	11	11	1	Instituição	Casados
8	M	16	15	2-3	Instituição	Divorciados

Nota. Escala de resposta para as Memórias de Infância varia entre 1 (“Sim, a maior parte do tempo”) e 4 (“Não, nunca”) e para a Vinculação entre 1 (“Nunca ou quase nunca”) e 5 (“Sempre ou quase sempre”). Valores apresentados correspondem à média obtida nas subescalas.

3.6. A PERSPETIVA DOS PROFISSIONAIS

Os resultados da entrevista estruturada realizada aos profissionais serão apresentados de acordo com as quatro dimensões definidas, nomeadamente, as características e procedimentos da intervenção, os pontos fortes da intervenção, os desafios da intervenção na relação com o jovem, a família e outros serviços e sugestões de medidas complementares à intervenção.

No que diz respeito à dimensão características e procedimentos da intervenção, os profissionais destacam a disponibilidade e o facto de irem ao encontro daquilo que são os interesses e as motivações dos jovens, tendo esta atuação base numa

Memórias de Infância – Mãe			Memórias de Infância – Pai			Vinculação		
Suporte Emocional	Sobre-proteção	Rejeição	Suporte Emocional	Sobre-proteção	Rejeição	Mãe	Pai	Pares
1,47	2,20	2,84	2,37	2,20	2,58	2,72	2,24	4,60
1,42	1,50	3,42	3,47	3,57	3,07	4,56	2,76	3,12
2,47	2,60	3,63	2,72	4,00	3,79	3,00	2,71	3,12
3,37	3,60	3,68	3,95	3,90	3,63	2,20	2,00	3,72
2,68	2,30	1,89	-	-	-	2,16	-	3,36
3,68	2,90	2,47	3,68	2,90	2,00	1,40	1,24	3,40
1,21	1,80	3,58	1,05	2,20	3,68	4,48	4,80	3,48
3,37	3,70	2,26	2,26	3,50	3,79	1,80	3,36	2,92

“visão holística, integradora e facilitadora sobre o problema, tendo sempre o cuidado de não se sobrepor a outras intervenções, tentando sempre que o trabalho seja partilhado e integrado”.

Os procedimentos adotados passam pela articulação com as famílias e com outros serviços (e.g., Linha SOS Criança Desaparecida, entidades parceiras). Com os jovens é efetuado um trabalho individualizado e com recurso a atividades lúdico-pedagógicas, planeadas de acordo com os “gostos e expectativas dos jovens, de modo a estreitar a relação com os mesmos, no sentido de os conhecermos e com eles construirmos outro projeto de vida”.

Como pontos fortes da intervenção são reforçados a disponibilidade da equipa e o trabalho individualizado na construção da relação com os jovens, com foco nas suas necessidades específicas.

Face aos desafios encontrados ao longo do processo é referido que “*um dos grandes desafios é a comunicação [familiar], são relações que já estão muito deterioradas, relações que chegaram a um ponto de confronto tal que qualquer tipo de interação é entendida como uma agressão e um desrespeito às suas posturas de vida*”.

Por fim, como complemento à intervenção efetuada é sugerida a terapia familiar.

4. DISCUSSÃO

4. DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo vão, de um modo geral, de encontro à literatura existente sobre os jovens que efetuam fugas.

Os motivos de fuga apresentados pelos jovens prendem-se, maioritariamente, com problemas na relação familiar, o que é suportado pela literatura (e.g., Martinez, 2006). Acrescentaram, ainda, motivos relacionados com ter controlo sob as suas vidas (e.g., “*não gosto de estar presa*”, “*para estar com a minha namorada*”).

Estes jovens mencionaram sentir emoções negativas relacionadas com as situações de fuga, nomeadamente, tristeza e medo. Alguns indicaram, também, que não sabiam como se sentiam ou que não sentiam nada perante essa situação. Este embotamento afetivo pode ser um mecanismo de defesa revelador de um desgaste face à situação que levou à fuga.

Concluímos neste estudo que a qualidade da relação entre estes jovens e os seus pais é, de um modo geral, pobre, o que se verificou através dos baixos valores encontrados no instrumento que avalia a vinculação aos pais, resultados que têm suporte na literatura (e.g., Chen et al, 2012; Henk, 2001; Stein et al., 2009).

Por outro lado, a vinculação aos pares evidencia valores mais elevados do que aos pais, na maioria dos casos. Ainda neste sentido, as amizades íntimas, também, parecem adquirir uma importância elevada na amostra, inclusivamente, com os jovens a percecionarem-se mais competentes em estabelecer e manter estas amizades. Estes dados sugerem, então, que os jovens em fuga tendem a procurar suporte junto dos seus pares, já que a família é, geralmente, percecionada e referida como a causa para a fuga (e.g., Chen et al, 2012; Holliday et al., 2017), não lhes proporcionando os cuidados e a segurança emocional necessários no seu processo de desenvolvimento e autonomização.

Um outro dado que se afigura interessante é o de na relação com os pais e, em específico, na dimensão Alienação, que remete para sentimentos de raiva, os jovens evidenciarem valores igualmente baixos. Uma hipótese interpretativa poderá ter que ver com o facto de a relação com os pais ser de tão fraca qualidade

e distante, que os jovens não chegam sequer a ter estes sentimentos negativos, assumindo em vez disso alguma indiferença.

Quanto à forma como os jovens se autopercebem esta é, principalmente, negativa. Ou seja, os jovens consideram-se menos competentes em várias áreas do que a maioria dos adolescentes com a sua idade. Podemos relacionar, de certo modo, estes resultados com o estilo de vinculação insegura aos pais. Sabe-se que numa relação de vinculação insegura, os pais não estão atentos às necessidades da criança e não lhe respondem de forma sensível, atempada e adequada. Falham na promoção das suas competências, autonomia e exploração e encontram-se física ou psicologicamente indisponíveis para a confortar e orientar quando esta precisa. Estes comportamentos parentais transmitem à criança que ela não é valorizada e não merece ser cuidada, o que contribui para a forma como ela se vê a si mesma, que, neste caso, será negativa (e.g., Ainsworth, 1979; Bowlby, 1973).

Também as memórias de cuidados na infância vêm trazer algum suporte a estes dados. Para os jovens sobressaem as memórias dos comportamentos de rejeição dos seus pais, comportamentos estes consistentes com aqueles que se verificam nas relações de vinculação insegura. Como tal, os pais que tentam modificar e influenciar o comportamento dos seus filhos, de forma coerciva (e.g., castigos físicos) e sem atender às suas necessidades, comunicam-lhes que as suas vontades e decisões não são importantes.

Assim, compreende-se que estas três variáveis (vinculação, memórias de cuidados na infância e autoconceito) estão interligadas, mas não podemos afirmar de que forma, uma vez que, devido ao tamanho da amostra, não foi possível efetuar testes estatísticos que o clarificassem.

Limitações e sugestões para estudos futuros

Apesar da importância deste tipo de investigações e de ouvir os jovens sobre os temas que os afetam, é importante salientar que os resultados deste estudo não devem ser generalizados, devido às características da amostra, nomeadamente, ser de conveniência e pelo seu tamanho reduzido. Também, por este último motivo não é possível realizar análises estatísticas mais aprofundadas e robustas.

Contudo, e mesmo com precaução nas inferências realizadas, estes dados não deixam de ser validados e de obter suporte na literatura.

Para ultrapassar estas lacunas, estudos futuros deverão basear-se em amostras com mais sujeitos e mais representativas da população. Neste estudo não foram analisadas, por exemplo, variáveis como a orientação sexual ou a identidade de género, que são apontadas na literatura como sendo de risco e estando na origem de situações de fuga (e.g., Gambon & O'Brien, 2020), o estatuto socioeconómico ou o envolvimento com o sistema de promoção e proteção/de justiça. Seria interessante perceber de que forma estas e outras variáveis estão relacionadas com as situações de fuga, a montante e a jusante, para que sejam delineados programas de prevenção e para que a intervenção possa ser melhor planeada.

Importa, ainda, salientar que, de futuro, e atendendo à investigação realizada até à data sobre os motivos de fuga, as situações de violência sofridas, a baixa qualidade da relação familiar e os problemas psicológicos que acompanham estes casos, é necessária precaução quando se encoraja ou se promove a reunificação familiar. Estes comportamentos negativos e interações disfuncionais devem ser bem avaliados para se perceber se, de facto, o regresso a casa e à família de origem é do superior interesse da criança ou do jovem ou se deve ser ponderada outra solução (Stein et al., 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, vários são os motivos que levam os jovens a fugir e, não podendo todas as situações ser tratadas do mesmo modo, a literatura sugere um conjunto de orientações para a intervenção que podem ser adaptadas quer para o contexto natural, quer de acolhimento e que apresentamos em seguida.

Um dos primeiros procedimentos a considerar é a realização de uma análise do risco de fuga, com base em fatores como (Gambon & O'Brien, 2020; Morris, 2010):

- Idade da institucionalização ou da colocação em família de acolhimento (quanto maior a idade, maior a probabilidade de fuga);
- Características individuais (e.g., impulsividade, ser influenciável pelos pares);
- Problemas de saúde mental (e.g., depressão, ideação suicida);
- Relações familiares ou com outras figuras significativas (e.g., a família não está cooperante no processo, preocupação com as visitas, ser pai/mãe adolescente);
- Relações com os pares (e.g., pertencer a um gangue, ter uma relação amorosa);
- Rede de suporte social (e.g., se existem pessoas de confiança do adolescente, se está inserido numa atividade);
- Historial de exposição à violência, abusos e/ou negligência;
- Historial de abuso de substâncias;
- Historial de delinquência juvenil;
- Historial de fugas ou de tentativas de fuga;

- Instabilidade no acolhimento (mudanças de casa ou de família de acolhimento);
- Dificuldade em estabelecer uma relação com os cuidadores ou com os pares que vivem na casa/família de acolhimento;
- Dificuldade em lidar com figuras de autoridade, como os técnicos;
- Ter expectativas irrealistas/idealizadas sobre a fuga e as suas consequências (e.g., não existem perigos, nada de mal vai acontecer, sabe defender-se sozinho ou cuidar de si próprio, ao fugir vai ser mais feliz).

Após identificar se existe risco de fuga, a intervenção deve ser sensível, não só à situação que levou ao acompanhamento do jovem, mas incluir, também, estratégias que previnam a fuga, por exemplo (Gambon & O'Brien, 2020; Missing Children Europe, 2021a, 2021b; Morris, 2010):

- Promover o sentimento de segurança, através de um ambiente de cuidados sensíveis e de suporte, por exemplo numa casa/família de acolhimento, num centro comunitário, na escola;
- Promover a comunicação aberta, que acolha, sem julgamento, as emoções e pensamentos do jovem. De ressaltar que a forma como os técnicos reagem às ideias de fuga pode, efetivamente, fazer com que os jovens a concretizem. Dizerem que querem fugir ou que pensam muitas vezes em como seria estar noutro lugar podem ser formas de pedir ajuda, pelo que não devem ser minimizadas ou, por outro lado, exacerbadas, com uma reação depreciativa ou crítica;
- Garantir uma supervisão mais atenta, sem, no entanto, ser demasiado rígida ou restritiva;
- Regular as expectativas do jovem quanto à fuga (e.g., o que espera que vai acontecer quando fugir, se considera que o problema ficará resolvido, o que vai fazer para suprir as suas necessidades – higiene, alimentação, descanso);
- Encontrar, juntamente com o jovem, alternativas para quando sente que a fuga é a solução;

- Promover um sentimento de pertença na comunidade, que permita ao jovem criar uma rede de suporte, além da sua família, que inclua adultos de referência em quem o jovem confie e possa recorrer;
- Para os jovens em acolhimento residencial/familiar, perceber se a frequência das visitas funciona ou se existem outras pessoas que gostariam de ver (caso seja benéfico e corresponda ao seu superior interesse);
- Avaliar a situação familiar antes de considerar a reunificação;
- Perceber como o adolescente se sente no seu ambiente atual (e.g., casa da família, casa de acolhimento, família de acolhimento);
- Envolver a família no processo de prevenção – perceber, conjuntamente, quais as situações que podem despoletar a fuga e como o jovem e a família podem lidar com elas, desenvolvendo estratégias de gestão do conflito;
- Envolver outras entidades de primeira linha: escola (pode ser uma boa aliada em termos de supervisão dos jovens e da sua ocupação), centro de saúde (e.g., consultas de planeamento familiar, despiste de doenças sexualmente transmissíveis).

A intervenção do IAC em situações de fuga de jovens adolescentes tem sido feita no sentido de prevenir fugas e eventuais recidivas.

Contudo, e apesar dos casos de sucesso, há que reforçar a importância do trabalho contínuo junto dos jovens, das famílias e das instituições, para que menos jovens sintam a necessidade de fugir e não sejam colocados em causa os seus Direitos, nomeadamente, de desenvolvimento integral, de segurança, de ter uma família que lhes dê afeto e os proteja e de acesso à educação e à saúde.

6. REFERÊNCIAS

6. REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. (1979). Infant-mother attachment. *American Psychologist*, 34(10), 932-937. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.932>
- Aratani, Y., & Cooper, J. L. (2015). The effects of runaway-homeless episodes on high school dropout. *Youth & Society*, 47(2), 173-198. <http://doi.org/10.1177/0044118X12456406>
- Armsden, G., & Greenberg, M. (1987). The Inventory of Parent and Peer Attachment: Individual differences and their relationship to psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16(5), 427-454. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02202939>
- Byers, K., Barton, J., Grube, W., Wesley, J., Akin, B., Hermes, E., Felzke, E., & Roosevelt, R. (2023). "I ran to make a point": Predicting and preventing youth runaway from foster care. *Child and Adolescent Social Work Journal*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1007/s10560-023-00930-3>
- Benoit-Bryan, J. (2011). *The runaway youth longitudinal study*. National Runaway Switchboard. <https://www.1800runaway.org/wp-content/uploads/2015/05/NRS-Longitudinal-study-full-report.pdf>
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation – Anxiety and danger*. Basic Books.
- Bozzay, M. L., Joy, L. N., & Verona, E. (2020). Family violence pathways and externalizing behavior in youth. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(23-24), 5726-5752. <https://doi.org/10.1177/0886260517724251>
- Brakenhoff, B., Jang, B., Slesnick, N., & Snyder, A. (2015). Longitudinal predictors of homelessness: Findings from the National Longitudinal Survey of Youth-97. *Journal of Youth Studies*, 18(8), 1015-1034. <https://doi.org/10.1080/13676261.2015.1020930>
- Castillo, B., Schulenberg, J., Grogan-Kaylor, A., & Toro, P. A. (2023). The prevalence and correlates of running away among adolescents in the United States. *Journal of Community Psychology*, 51, 1860-1875. <https://doi.org/10.1002/jcop.22971>
- Chen, X., Thrane, L., & Adams, M. (2012). Precursors of running away during adolescence: Do peers matter? *Journal of Research on Adolescence*, 22(3), 487-497. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2012.00789.x>
- Flowers, R. (2010). *Street kids – The lives of runaway and throwaway teens*. McFarland & Company, Inc., Publishers.
- Gambon, T. B., & Gewirtz O'Brien, J. R. (2020). Runaway youth: Caring for the nation's largest segment of missing children. *Pediatrics*, 145(2), e20193752. <http://doi.org/10.1542/peds.2019-3752>
- Gerlsma, C., Arrindell, W. A., Van der Veen, N., & Emmelkamp, P. M. (1991). A parental rearing style questionnaire for use with adolescents: Psychometric evaluation of the EMBU-A. *Personality and Individual Differences*, 12(12), 1245-1253. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(91\)90196-l](https://doi.org/10.1016/0191-8869(91)90196-l)
- Gewirtz O'Brien, J. R., Edinburgh, L. D., Barnes, A. J., & McRee, A.-L. (2020). Mental health outcomes among homeless, runaway, and stably housed youth. *Pediatrics*, 145(4), e20192674. <https://doi.org/10.1542/peds.2019-2674>

- Gewirtz O'Brien, J. R., Moynihan, M., Saewyc, E., & Edinburgh, L. D. (2020). Featured counter-trafficking program: The Minnesota runaway intervention program. *Child Abuse & Neglect*, 100, 104141. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104141>
- Glowacz, F. (2017). *Runaways: Break-ups in search of a connection. Profiles and trajectories*. Child Focus. https://childfocus.be/Portals/0/etude_fugueurs_2017.pdf?ver=xPAjQSZVHs qWdTXpmpkrfg%3d%3d
- Gwadz, M., Freeman, R. M., Kutnick, A. H., Silverman, E., Ritchie, A. S., Cleland, C. M., Leonard, N. R., Srinagesh, A., Powlovich, J., & Bolas, J. (2018). Do programs for runaway and homeless youth work? A qualitative exploration from the perspectives of youth clients in diverse settings. *Frontiers in Public Health*, 6. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2018.00112>
- Harter, S. (1988). *Manual for the self-perception profile for adolescents*. University of Denver.
- Henk, J. (2001). *Homeless and runaway youth: Attachment theory and research* [Doctoral research paper]. Rosemead School of Psychology, Biola University, USA.
- Holliday, S. B., Edelen, M. O., & Tucker, J. S. (2017). Family functioning and predictors of runaway behavior among at-risk youth. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 34(3), 247–258. <https://doi.org/10.1007/s10560-016-0459-z>
- Instituto de Apoio à Criança. (2023). *Relatório de atividades 2022*. <https://iacrianca.pt/wp-content/uploads/relatorio-atividades-2022-digital-final.pdf>
- International Centre for Missing and Exploited Children. (2023). *The definition of “missing” – A missing child is a vulnerable child*. <https://www.icmec.org/global-missing-childrens-center/the-definition-of-missing/>
- Jeanis, M.N., Fox, B.H., Jennings, W.G., Perkins, R., & Liberto, A. (2020). Oooh she’s a little runaway: Examining invariance in runaway youth trajectories by developmental and life-course risk factors and gender. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 6, 398–423. <https://doi.org/10.1007/s40865-020-00155-3>
- Jeanis, M. N., Fox, B. H., & Muniz, C. N. (2018). Revitalizing profiles of runaways: A latent class analysis of delinquent runaway youth. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 36(2), 171–187. <https://doi.org/10.1007/s10560-018-0561-5>
- Kim, H. R., & Moon, S.-H. (2023). Predictors for runaway behavior in adolescents in South Korea: National data from a comprehensive survey of adolescents. *Frontiers in Psychiatry*, 14(1195378). <http://doi.org/10.3389/fpsy.2023.1195378>
- Lacerda, M. (2005). *A percepção das práticas parentais pelos adolescentes: implicações na percepção de controlo e nas estratégias de coping* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Martinez, R. (2006). Understanding runaway teens. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 19(2), 77–88. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2006.00049.x>
- McKinney, S. (2014). *Runaway youth: A research brief*. Status Offense Reform Center. https://www.naco.org/sites/default/files/documents/07%20Runaway_Youth_A_Research_Brief.pdf
- McGarvey, E. L., Keller, A., Brown, G. L., DeLonga, K., Miller, A. G., Runge, J. S., & Koopman, C. (2010). Parental bonding styles in relation to adolescent males’ runaway behavior. *The Family Journal*, 18(1), 18–23. <https://doi.org/10.1177/1066480709356545>

- Missing Children Europe. (2021a). *Findings and recommendations – Focus group research*. https://missingchildreurope.eu/?post_type=wpdmpro&p=2503&wpdmdl=2503&refresh=609b7ebcdc4961620803262
- Missing Children Europe. (2021b). *Key findings and recommendations – Missing Children Europe data report on runaways*. https://missingchildreurope.eu/?post_type=wpdmpro&p=2502&wpdmdl=2502&refresh=609b7e847fe6a1620803204
- Missing Children Europe. (2021c). *RADAR full research report - Running away: Drivers, awareness, and responses*. <https://missingchildreurope.eu/download/full-radar-research-report/?wpdmdl=2507&refresh=613620b63431f1630937270>
- Missing Children Europe. (2023). *Figures and trends 2022*. https://missingchildreurope.eu/download/figures-and-trends-2022/?wpdmdl=4666&refresh=64b639f01e8d61689663984&ind=1689663972220&filename=MCE_Figures_trends_2022.pdf
- Moon, S. H., Kim, H. R., & Kim, M. (2020). Predictors of runaway behavior among at-risk youth. *The Journal of School Nursing*, 36(4), 283–292. <https://doi.org/10.1177/1059840519849477>
- Morris, A. (2010). *Youth missing from care: Guidelines for residential treatment facilities and group homes*. Behavioral Health and Welfare Program, Institute for Juvenile Research, University of Illinois at Chicago. https://www.nccwe.org/BPR/webinars/4-21-10/BEST_PRACTICE_GUIDELINES.pdf
- National Centre for Missing and Exploited Children. (2023). *Our 2022 impact*. <https://www.missingkids.org/ourwork/impact>
- Neves, L. (1995). *Suporte emocional na adolescência: A relação com os pais e amigos em momentos de transição escolar* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Neves, L., Soares, I., & Silva, M. C. (1999). Inventário da vinculação na adolescência – IPPA. In M. R. Simões, M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (volume II, pp. 37-48). S.H.O. – Sistemas Humanos e Organizacionais.
- Noh, D., & Kim, E. (2021). Experiences of family conflict in shelter-residing runaway youth: A phenomenological study. *Journal of Family Issues*, 42(10), 2335-2352. <https://doi.org/10.1177/0192513X20979624>
- Pearson, J., Thrane, L., & Wilkinson, L. (2017). Consequences of runaway and throwaway experiences for sexual minority health during the transition to adulthood. *Journal of LGBT Youth*, 14(2), 145-171. <http://doi.org/10.1080/19361653.2016.1264909>
- Peixoto, F. (2003). *Auto-estima, autoconceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar – Estudo das relações entre auto-estima, autoconceito, rendimento académico e dinâmicas relacionais com a família e com os pares em alunos do 7º, 9º e 11º anos de escolaridade* [Dissertação de Doutoramento]. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Peixoto, F., & Almeida, L. S. (1999). Escala de auto-conceito e auto-estima. In A. P. Soares, S. Araújo, & S. Caires (Eds.), *Avaliação psicológica: Formas e contextos* (vol. VI, pp. 632-640). APPORT.
- Peixoto, F., Alves-Martins, M., Mata, L., & Monteiro, V. (1996). Adaptação da escala de autoconceito para adolescentes de Susan Harter para a população portuguesa. In L. S. Almeida,

- S. Araújo, M. M. Gonçalves, C. Machado, M. R. Simões (Eds.) *Avaliação psicológica: Formas e contextos* (vol. IV, pp. 531-537). APPORT.
- Saewyc, E. M., Gewirtz O'Brien, J. R., Miller, K. K., & Edinburgh, L. D. (2019). The links between sexual abuse severity, running away, and parental connectedness among youth at a hospital-based child advocacy center. *Journal of Adolescent Health, 65*(3), 378–383. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2019.04.027>
- Salvaterra, F., & Chora, M. (2021). *Questionário sociodemográfico* [Instrumento não publicado]. Instituto de Apoio à Criança.
- Salvaterra, F., & Chora, M. (2023). *Entrevista estruturada* [Instrumento não publicado]. Instituto de Apoio à Criança.
- Sanabria, J. J. (2006). Youth homelessness: Prevention and intervention efforts in Psychology. *Universitas Psychologica, 5*(1), 51-58. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-92672006000100005&script=sci_arttext
- Sanchez, R. P., Waller, M. W., & Greene, J. M. (2006). Who runs? A demographic profile of runaway youth in the United States. *Journal of Adolescent Health, 39*(5), 778-781. <http://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2006.04.018>
- Sedlak, A., Finkelhor, D., Hammer, H., & Schultz, D. (2002). *National estimates of missing children: An overview*. OJJDP publications. <https://www.ojp.gov/pdffiles1/ojjdp/196465.pdf>
- Selbach, J. A. (1999). *Attachment style and runaway youth: Does attachment style differ among types of runaways?* [Doctoral Dissertation]. Carlos Albizu University, Florida, USA. <https://www.proquest.com/openview/a58f6279d547ac6fe680c8e938570d13/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>
- Slesnick, N., Dashora, P., Letcher, A., Erdem, G., & Serovich, J. (2009). A review of services and interventions for runaway and homeless youth: Moving forward. *Children and Youth Services Review, 31*(7), 732-742. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2009.01.006>
- Stein, J. A., Milburn, N. G., Zane, J. I., & Rotheram-Borus, M. J. (2009). Paternal and maternal influences on problem behaviors among homeless and runaway youth. *American Journal of Orthopsychiatry, 79*(1), 39–50. <https://doi.org/10.1037/a0015411>
- Thompson, S. J., Maccio, E. M., Desselle, S. K., & Zittel-Palamara, K. (2007). Predictors of posttraumatic stress symptoms among runaway youth utilizing two service sectors. *Journal of Traumatic Stress, 20*(4), 553-563. <http://doi.org/10.1002/jts.20229>
- Thrane, L. E., Hoyt, D. R., Whitbeck, L. B., & Yoder, K. A. (2006). Impact of family abuse on running away, deviance, and street victimization among homeless rural and urban youth. *Child Abuse & Neglect, 30*(10), 1117-1128. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.03.008>
- Toro, P. A. (2007). Toward an international understanding of homelessness. *Journal of Social Issues, 63*(3), 461-481. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2007.00519.x>
- Tucker, J. S., Edelen, M. O., Ellickson, P. L., & Klein, D. J. (2011). Running away from home: A longitudinal study of adolescent risk factors and young adult outcomes. *Journal of Youth and Adolescence, 40*(5), 507-518. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9571-0>

- Tyler, K. A., & Bersani, B. E. (2008). A longitudinal study of early adolescent precursors to running away. *The Journal of Early Adolescence*, 28(2), 230-251. <https://doi.org/10.1177/0272431607313592>
- Vermeulen, G. (2005). *Missing and sexually exploited children in the enlarged EU: Epidemiological data in the new member states*. Maklu.
- Whitbeck, L. B., Hoyt, D. R., & Ackley, K. A. (1997). Families of homeless and runaway adolescents: A comparison of parent/caretaker and adolescent perspectives on parenting, family violence and adolescent conduct. *Child Abuse & Neglect*, 21(6), 517-528. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(97\)00010-0](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(97)00010-0)

FICHA TÉCNICA

COLEÇÃO

Relatórios de Investigação

TÍTULO

Porque fogem os adolescentes? A voz dos jovens acompanhados pelo IAC

COORDENAÇÃO EDITORIAL

IAC – Conhecimento e Formação:

Fernanda Salvaterra

Mara Chora

AUTORAS

Fernanda Salvaterra

Mara Chora

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

Fernanda Salvaterra (coordenadora)

Mara Chora

REVISÃO DE TEXTO

Vasco Alves

CAPA, CONCEÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

IAC – Marketing, Comunicação e Projetos:

Cristina Rebelo

EDIÇÃO

Instituto de Apoio à Criança

Av. da República, n.º 21

1050-185 Lisboa

Email: iac-conhecimento@iacrianca.pt | iac-marketing@iacrianca.pt

Site: www.iacrianca.pt

DATA

Novembro 2024

ISBN 978-972-8003-93-7

DEPÓSITO LEGAL N.º 540786/24

IMPRESSÃO

Tipografia Lobão

TIRAGEM

100 Exemplares

As fugas dos jovens constituem uma das situações de maior perigo, que colocam em causa os seus Direitos, nomeadamente, de desenvolvimento integral, de segurança, de ter uma família que lhes dê afeto e os proteja e de acesso à educação e à saúde, tendo efeitos negativos que se refletem nos próprios jovens, nos seus contextos de vida, no sistema de promoção e proteção e na sociedade em geral.

O Instituto de Apoio à Criança desde cedo se preocupou com este tema, tendo uma intervenção ativa junto destes jovens. Neste sentido, foi desenvolvido o presente estudo que visou dar voz a estes adolescentes e perceber as circunstâncias das suas fugas e como estas se relacionam com o modo como se percecionam, com as práticas educativas dos pais e com a qualidade da vinculação aos pais e aos pares. Foi, ainda, auscultada a equipa do IAC – Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (do Projecto Rua), com intervenção direta nesta área.

Fernanda Salvaterra é doutorada em Psicologia Aplicada na área da Psicologia do Desenvolvimento (UNL/ISPA).

É membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses, especialista em Psicologia Clínica e da Saúde, com a especialidade avançada em Psicoterapia e Psicologia da Justiça, e especialista em Psicologia da Educação, com a especialidade avançada em Intervenção Precoce. É terapeuta Familiar e Docente Universitária.

A área de investigação que tem desenvolvido incide sobre as relações familiares e a vinculação mais especificamente sobre a parentalidade/filiação adotiva; nesse âmbito é autora de diversas comunicações nacionais e internacionais e publicou um livro, capítulos de livros e diversos artigos; recebeu prémios de investigação, atribuídos pela ANCCD. É autora de vários relatórios de investigação publicados pelo IAC.

É assessora principal do Instituto de Segurança Social (ISS, IP), exercendo atualmente funções no IAC, como responsável da área do Conhecimento e Formação.

Mara Chora é mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores (ISCTE-IUL).

É membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

A área de investigação que tem desenvolvido incide sobre a parentalidade e as relações familiares (envolvimento paterno, compreensão emocional em crianças, vinculação).

É autora de um artigo científico e de várias comunicações nacionais e internacionais, bem como de vários relatórios de investigação publicados pelo IAC.

É técnica superior de psicologia no IAC.